

A PRÁTICA DA TEXTUALIZAÇÃO

ou

O DISCURSO DA ESCRITA E O TRIÂNGULO DE EFEITOS SIMULTÂNEOS

Solange Leda GALLO

COORDEADORA DO MESTRADO EM LETRAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Este trabalho coloca-me mais uma vez diante do fenômeno que ocorre entre o sujeito e sua escrita, sobre o qual eu já havia comentado em um seminário que apresentei na UNICAMP em 93, intitulado "O AUTOR e o FECHO".

Trata-se de uma estranheza incômoda em relação ao próprio trabalho, e sobre o qual temos a responsabilidade de uma assinatura, a qual, no entanto, não garante por si só o domínio dos efeitos múltiplos que ele produz, e que vão muito além da consciência e do desejo do indivíduo que escreve.

Assim, eu venho entendendo aos poucos a tese que propus no mestrado há 4 anos (Discurso da Escrita e Ensino), inclusive através de uma segunda tese, a de doutorado (defendida na Unicamp em 95), e tem muita coisa nesses trabalhos que ainda não entendi muito bem. Não entendi totalmente.

Essa característica da escrita me é particularmente provocante: "essa certa autonomia da escrita". Dela sou vítima, ao mesmo tempo que faço dela meu objeto de reflexão. A Escrita tem essa materialidade tão forte, tão evidente e ao mesmo tempo tão opaca, na qual estão funcionando sujeito, letra, história, sintaxe, ideologia, numa argamaça cristalizada e ao mesmo tempo passível de uma reorganização permanente, e de novas e novas inscrições do sujeito-LEITOR. Dessa forma, compreender um texto só é possível através de outros textos, o que causa sempre um distanciamento incontornável, mesmo quando se é dele o "autor".

Mas de que Escrita estamos falando afinal?

Estou referindo-me, aqui, ao nível discursivo da escrita, que trato nos meus trabalhos anteriores como sendo o DISCURSO DA ESCRITA¹. Esse Discurso engendra, seja a grafia, seja a oralização, de uma forma própria, que vai sempre além do seu nível

¹ Esse e meus demais trabalhos incluem-se na perspectiva da A.D., linha francesa, inaugurada por Michel Pêcheux e desenvolvida a partir dos anos 70 por esse autor e outros autores franceses. No Brasil, os trabalhos de Eni Orlandi e da equipe que trabalha nessas pesquisas, constituem hoje uma produção reconhecida a nível internacional, e inovam as propostas iniciais da A.D.

enunciativo, e produz, nesse processo, um sujeito AUTOR como um seu efeito, alegado sujeito-LEITOR e do próprio TEXTO, seus outros dois efeitos.

A produção do efeito-TEXTO é resultado da produção de um FECHO, que limita, inscreve, enforma o fragmento.

Reproduzo aqui um trecho de um trabalho produzido em uma sala de 5a.série, onde eu mesma era professora de língua materna, e que foi detalhadamente analisado no trabalho DISCUROS DA ESCRITA E ENSINO. Os alunos estavam produzindo um livro individual e essa passagem ilustra o funcionamento de dois discursos em confronto, resultando na produção do efeito-AUTOR e do efeito-LEITOR.

Nesse primeiro bloco o sujeito se constitui inicialmente como um sujeito-narrador que já conhece a história que vai contar ("Esta é uma história muito bonita..."). No entanto, sabemos que a história foi sendo escrita durante todo o ano, e o momento dessa construção é apenas o momento inicial do curso, ou seja, a história, nesse momento ainda não existia, apesar de ser oposto o efeito de sentido causado pela afirmação. A continuação dessa colocação é "...Tudo começou assim..." o verbo no tempo passado confirma esse efeito de sentido que inaugurou o texto e, a partir daí, toda sequencialidade dos fatos é construída com verbos no passado (apareceu, começou, acabou, nasceu, etc...). Esse tipo de construção e o efeito de sentido que ela produz permanecerá até o final da narrativa.

No entanto, esse não é o único efeito de sentido produzido pelo sujeito. Há, ainda, construções em que os verbos estão em tempo presente ou futuro: "... A floresta do nascer é uma floresta muito alegre..." (linha-42), "... Se o homem não a colocar bem rápido na terra ela morre..." (linha-61), "... que será que vai acontecer à flor?..."(linha-62) "... Que sorte! Por mais trinta segundos ela morreria..." (linha-79).

Essa outra forma do sujeito se constituir produz um efeito de sentido oposto àquele produzido pelo sujeito enquanto narrador. Aqui o sentido produzido é o de um sujeito que está conhecendo os fatos no momento em que eles estão sendo construídos: o sujeito se desdobra em sujeito leitor (virtual).

Essa divisão do sujeito mostra por um lado, a posição de um sujeito que sabe responder à proposta do professor: contar uma história. E por outro lado, a posição de um sujeito que polemiza (duvida de) essa primeira posição, apontando para outros fatos, igualmente passíveis de serem construídos, ou seja, relativiza o efeito de sentido produzido pela primeira posição, de conhecer os fatos "a priori".

(Pg.102/103 - GALLO/92)

Então eu apontava, no texto das crianças, dois tipos de constituição de sujeitos antagônicos, cujos efeitos produzidos são também opostos.

Nós teríamos o efeito-AUTOR e o efeito-LEITOR. Ambos construídos desde o começo no texto. O efeito-AUTOR sendo produzido através de construções que falam de uma história já acabada, já "fechada", já-lá. E o efeito-LEITOR, ao contrário, sendo produzido através de construções que falam de uma história que está sendo proposta no evento do próprio texto.

Paralelamente a essas observações mais "textuais", havia uma outra, dentro do trabalho, referente ao aspecto mais "discursivo" da questão. Esse aspecto foi longamente desenvolvido na ocasião, mas por uma questão de economia eu resumiria grosso modo a proposta dizendo que os "discursos institucionais", como foram designados no trabalho, que são discursos já estabilizados institucionalmente, do tipo, "o jornal", "a fala política", "o livro" etc., têm, potencialmente, um efeito-AUTOR que é mobilizado toda vez que um sujeito aí se inscreve. Assim, ficava explicado o efeito-AUTOR que se produz no texto do aluno. Ou seja, ao se colocar na posição- sujeito-escritor, se é que se pode usar esse termo, mas enfim, ao se colocar nesse lugar discursivo produtivo, a criança produz o efeito-AUTOR através das construções linguísticas que pudemos observar (por exemplo, "esta é uma história muito bonita" etc.), que são construções de um discurso institucionalmente estabelecido, no caso "o livro", prontas a produzirem o seu efeito. O efeito-AUTOR seria, então, algo presente desde sempre nos textos desse tipo. Porém, na ocasião eu teria proposto que produzir o efeito-AUTOR não significava "assumir a autoria", o que exigia mais do que simplesmente reprodução ad infinitum. Exigia o que eu chamei de "fecho".² A exigência era descrita como sendo a exigência de que o sujeito estabelecesse um limite, que é evidentemente arbitrário, porém, necessário para a assunção da "autoria". Aquele texto é de "fulano", pois ele se distingue dos demais pelo "fecho". É o "fecho" que organiza de uma maneira específica um texto, e o torna consequentemente diferente de todos os outros, único. Nesse caso há, além de um efeito-AUTOR, um sujeito que assume uma autoria, justamente quando propõe um "fecho":

Assim, os alunos puderam perceber que se tratava mais de um "fecho", do que de um "fim", exatamente pelo caráter arbitrário dessa construção. O "fim" é, na verdade, o efeito de sentido produzido pelo "fecho". Efeito esse que faz parecer "único" e "absoluto", o que é sempre "arbitrário". Esse é exatamente o efeito de sentido produzido pelo texto inscrito no D.E. ³ Essa "arbitrariedade", no entanto, é regulada, pela história do sujeito e pela materialidade do texto. (Pg.105 - GALLO/92)

² Essa formulação foi alterada em trabalhos posteriores, como veremos a seguir.

Então, estava ali a distinção entre o que eu chamava na época de DISCURSO DA ESCRITA e DISCURSO DA ORALIDADE, sendo o primeiro aquele que tem "fim" e que tem AUTOR, e o segundo, o da ORALIDADE, aquele que se estende ad infinitum, sem "fecho" e sem AUTOR. No DISCURSO da ESCRITA estão inscritos textos produzidos por escrito ou oralmente e igualmente para o DISCURSO da ORALIDADE.

Portanto, não se trata de uma distinção que tem na base critérios superficiais, absorvidos do produto final (grafado ou oralizado), mas trata-se de uma distinção que tem na base critérios relacionados ao processo de produção.

Em resumo, DISCURSO DA ESCRITA estava aí caracterizado como sendo aquele onde se inscrevem os textos que produzem o efeito-AUTOR, (com ou sem "fecho", dependendo aí da assunção da autoria) e DISCURSO da ORALIDADE aquele onde inscrevem-se textos onde tal efeito não se produz, e muito menos o "fecho".

Cabe aqui a observação que a redação escolar, por exemplo (ou outras produções puramente escolares) é, dentro dessa proposta, considerada como texto-simulacro, uma cópia invertida, espelhada, mas sem fundo. Pois a redação imita a forma, as construções linguísticas dos textos de DISCURSO DA ESCRITA, sem no entanto ter um sujeito desse Discurso na base. O sujeito aí é o sujeito do Discurso Pedagógico, que não produzirá jamais um "fecho". Ele simplesmente para de fazer, não define um "fecho". (Normalmente o critério para ele parar é o número de linhas previamente determinado pelo professor, que ele tem que preencher).

O que mudou de quatro anos para cá?

O primeiro ponto é que eu falava de DISCURSO da ESCRITA e de DISCURSO da ORALIDADE e a experiência prática com os alunos, que se constituía em um dos alicerces da pesquisa, era uma prática de produção textual grafada.

Depois disso acompanhei, em Paris, durante um ano inteiro, uma experiência prática (com alunos da mesma idade daqueles com os quais eu tinha trabalhado aqui no Brasil), de produção de texto oralizado, embora inscrito no DISCURSO DA ESCRITA. E o que primeiramente me empolgou, foi o fato de ambas as práticas, tanto aquela desenvolvida aqui no Brasil, quanto aquela outra, na França, serem práticas igualmente inscritas em "discursos institucionalmente estabelecidos", aqui "o livro", lá "a rádio". E observando a forma de trabalho deles eu pude confirmar minha tese de que é preciso romper com a circularidade do Discurso Pedagógico. (ORLANDI/87). 3

3 A noção de J.P. foi desenvolvida por mim em Paris (87).
4 A noção de J.P. foi desenvolvida por mim em Paris (87).

É preciso rompê-la para poder haver a inscrição efetiva nesses outros discursos (livro, radio, etc.), e romper a circularidade do Discurso Pedagógico significa, entre outras coisas, não produzir para ser avaliado, mas produzir para "publicar". E fundamentalmente, estar desde o princípio, inserido na produção do "evento discursivo" em questão, seja o livro, enquanto lançamento do livro, seja a radio enquanto programa que vai ao ar, seja o jornal enquanto edição a circular, em suma, o evento da "publicação", "o tornar público".

Esse "evento" vai determinar o texto a ser produzido desde o seu princípio, antes da primeira letra, do primeiro som. O "tomar posição" já é diferente, a posição-sujeito não é a mesma do discurso pedagógico.

A partir dessa primeira constatação, de que eles e eu estávamos apoiados nas mesmas convicções pedagógicas, passei a observar mais detalhadamente o desenvolvimento das produções desde as discussões iniciais até a apresentação final. Tudo foi gravado e transscrito e muitas partes desse trabalho estão analisadas na tese de doutorado que apresentei na Unicamp em 9^{5.4}

Assim, chegamos ao segundo ponto, e talvez o mais importante. Aproveitando a idéia de "fecho" e uma nova reflexão que eu havia tido a oportunidade de desenvolver, ainda na França, sobre a Escrita, pude ter finalmente um avanço fundamental: descobri que a relação entre o Discurso Pedagógico e o DISCURSO DA ESCRITA, que traz como consequência a produção do TEXTO³, poderia ser sistematizada em uma prática.

Assim, podia-se falar em uma prática de produção desse TEXTO, que eu chamei de TEXTUALIZAÇÃO. TEXTUALIZAÇÃO como prática de "fechamento".

A noção de "assunção da autoria", anteriormente relacionada à produção do efeito de "fim", desaparece nesta nova proposta, sendo a noção de TEXTUALIZAÇÃO capaz de absorvê-la, uma vez que ela se constitui em um trabalho de "fechamento", que resulta no efeito de "fim".

Um outro ponto é que há neste novo trabalho uma maior sistematicidade também no tratamento da inscrição do sujeito-LEITOR, propiciada pelo corpus, já que foram analisadas emissões radiofônicas transmitidas ao vivo com a participação efetiva dos ouvintes através de telefonemas respondidos "no ar".

³ Esse produto não se confunde nem com o texto enquanto objeto material, e como tal intratável por causa de sua opacidade absoluta, nem com o fragmento, matéria linguística; mas sim o TEXTO enquanto matéria discursiva, um efeito do D.E.

Esses telefonemas são partes efetivas da produção, construídos no momento mesmo do "evento discursivo" e correspondem aos trechos dos livrinhos dos alunos que reproduzi anteriormente (da experiência do Brasil), e que produziam o mesmo efeito ("que será que vai acontecer à flor?"), ou seja, o efeito-LEITOR.

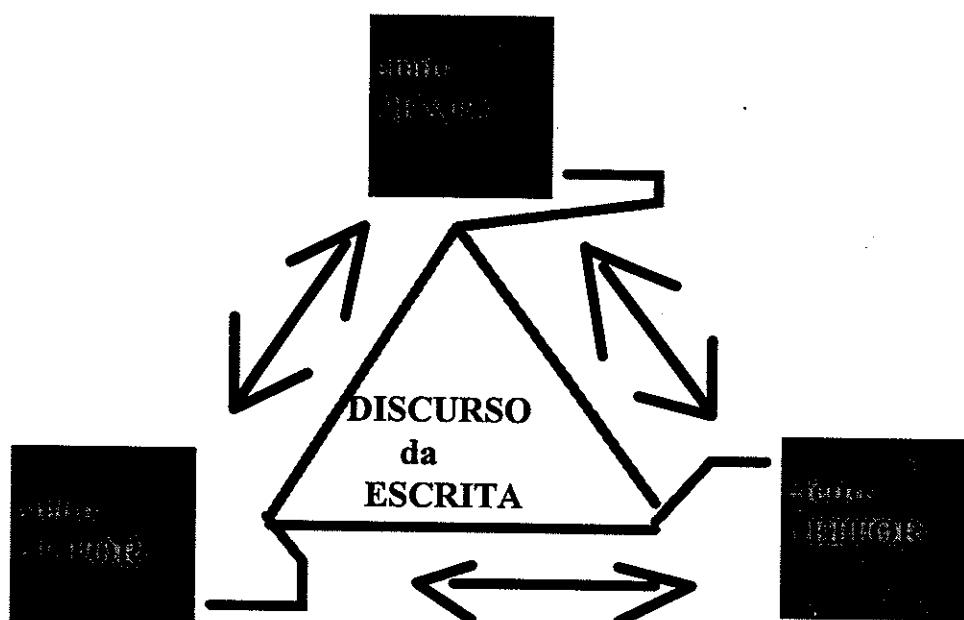
A maior sistematicidade no tratamento desse aspecto possibilitou uma maior clareza no entendimento da importância do "evento discursivo" para a constituição do efeito-TEXTO.

Dito de outra maneira, nessa nova perspectiva eu pude finalmente mostrar a materialidade histórica da produção e sua relação com o efeito-TEXTO.

O TEXTO, nessa nova concepção é a somatória de dois efeitos: o efeito-AUTOR e o efeito-LEITOR.

No primeiro trabalho o efeito-LEITOR não estava relacionado explicitamente com o efeito-AUTOR e com o efeito-TEXTO, e no entanto, hoje, eu vejo que faltou ter feito essa relação. Hoje esse efeito tem um tratamento que evidencia mais o seu funcionamento na constituição do efeito-TEXTO.

Proponho, então, o triângulo dos efeitos simultâneos, produzidos pelo D.E. Em um vértice o efeito-TEXTO, em outro o efeito-AUTOR e no terceiro o efeito-LEITOR.



processo de leitura - autor - processo de escrita
processo de leitura - autor - leitor

O "evento discursivo" fará com que o "fecho" (que é sempre arbitrário) produza o efeito de "fim", e que o efeito-LEITOR se incorpore ao efeito-AUTOR:

Na verdade, o evento discursivo nos esclarece também sobre a função LEITOR. Isso porque, como dissemos anteriormente, a TEXTUALIZAÇÃO é um trabalho de "fechamento", nunca completamente acabado porque na estrutura, na malha do "textual", haverá sempre aquilo que é lacunar, aquilo que é da ordem da dispersão.

Esses espaços, que nós chamamos "espaços cambiáveis", realizados por pronomes, referência de dia, hora, lugar etc., representam "buracos" que serão preenchidos no evento discursivo pelo sujeito do Discurso (na função) "leitor". Esses espaços são pontos de contato com uma realidade desse sujeito. Realidade circunscrita e articulada no evento discursivo, e penetrada na estrutura da textualidade.

O evento discursivo consiste no tempo zero e no lugar de origem, como pontos de referência de um preenchimento dos tais "espaços cambiáveis" (hoje, amanhã, daqui a um mês, aqui, você, etc) pelo sujeito (na função) "leitor".

O efeito "TEXTO" é o efeito de realidade e unidade do enunciado, enquanto o efeito AUTOR/LEITOR é o efeito de realidade de um sujeito produtor do Discurso.

No Discurso Didático-Pedagógico, o trabalho de "leitura" se confunde com o trabalho de decodificação da matéria gráfica, e no nível do Discurso, o trabalho se reduz a uma "auto-avaliação" (não é para ler, é para corrigir).

Queremos explicitar ainda que a Escola só "fixa" o que já está fixado (os textos), através de um processo de LEGITIMACÃO circular, justamente porque ela não conta com o "evento discursivo": no Discurso Pedagógico o trabalho do evento sobre a estrutura não é levado em conta.

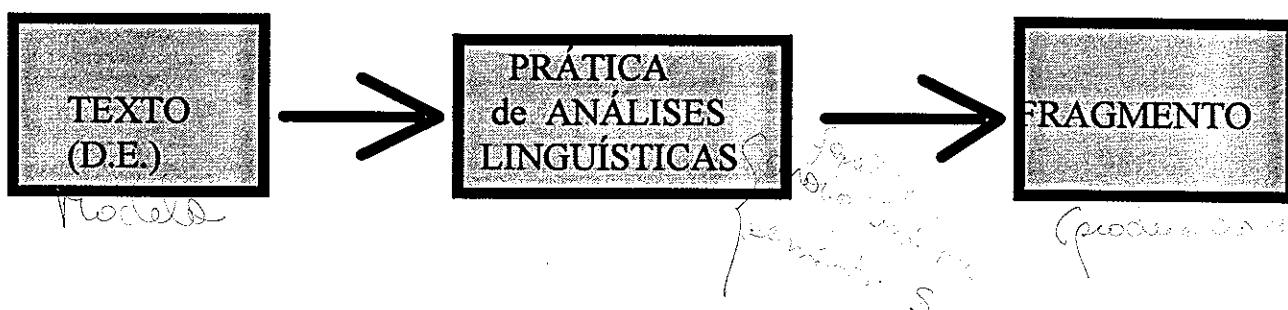
(Pg.200 - GALLO\ 94)

Um dos desdobramentos desse trabalho foi mostrar que "a dimensão discursiva da escrita trabalha sobre a grafia, dando a ela limites e sentido, da mesma forma que, em outro plano ela trabalha sobre fragmentos (matéria linguística) dando a eles limites e organizando seus sentidos." (Pg.99 - GALLO\ 94).

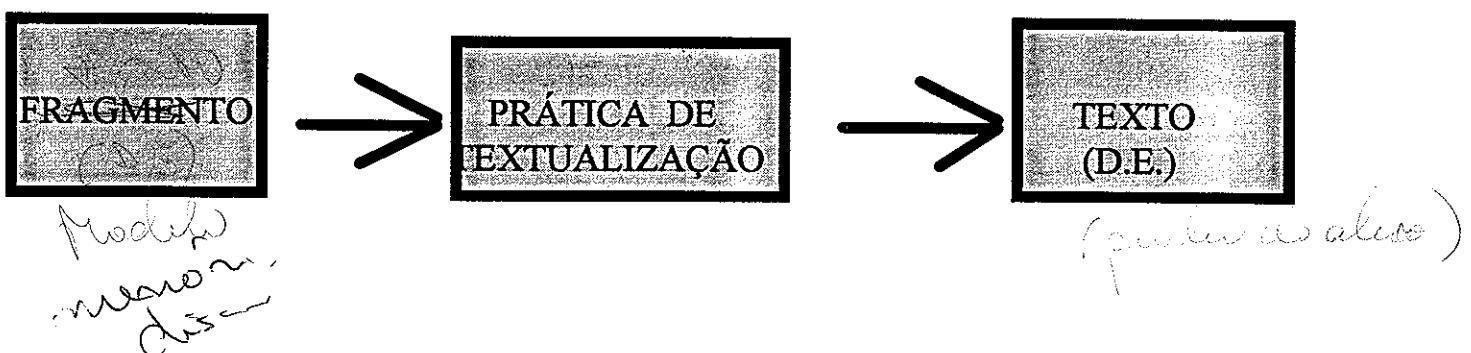
Assim, da mesma maneira que grafia não se confunde com escrita, fragmento e TEXTO também não se confundem.

A prática da TEXTUALIZAÇÃO significa uma subversão do funcionamento do Discurso Pedagógico, mais especificamente no que se refere ao ensino da língua materna. Se a escola até aqui só pôde trabalhar na desmontagem do D.E., e dessa análise (de nível fonético, morfológico, sintático etc) constituiu seu conteúdo e fez da sua repetição seu objetivo, o que a prática da TEXTUALIZAÇÃO permite é a via contrária: do fragmento em direção ao DISCURSO DA ESCRITA.

MODELO VIGENTE: *(encontrado nas linhas de cima)*



ESTA PROPOSTA:



Esta nova proposta não descarta as análises linguísticas. Porém, considerando que essa prática não leva à produção de TEXTO, ela não constitui, aqui, um ponto de partida, nem a via de passagem, nem o ponto de chegada. O que não impede que ela aconteça em todas as etapas, como elemento enriquecedor, mas não central.

BIBLIOGRAFIA

- FERREIRO, E. e TEBEROSKY, A. - Psicogênese da Língua Escrita (4^aed.) P. Alegre, Ed. Médicas, 1991.
- FEVRIER, J. - Histoire de L'Ecriture, Paris, Payot, 1959.
- FOUCAULT, M. - "Qu'est-ce qu'un auteur?", Litoral, nº9. Paris, Ed. Eres, 1983.
- FRENET, - L'École Moderne Française, (5^aed.), Viena, ed. Rossinol, 1957.
- GALLO, Solange L. - Discurso da Escrita e Ensino. 2^a edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- _____. - TEXTO: Como Apre(e)nder Essa Matéria? Tese de Doutorado/Universidade de Campinas, 1994.
- HENRY, P. - A Ferramenta Imperfeita: Língua, Sujeito e Discurso. Campinas, Ed. Unicamp, 1992.
- LEMOS, C. - "A sintaxe no Espelho", Caderno nº10, Campinas, IEL, 1986.
- ORLANDI, E. - A Linguagem e Seu Funcionamento. As Formas do Discurso. 2^a ed. Campinas: Editora Pontes, 1987.
- _____. - Discurso e Leitura, Campinas, Ed. Brasiliense, 1983.
- _____. - "Autoria e Interpretação", São Paulo, Encontro Linguagem e Psicanálise, P.U.C., 1993.
- NUNES, José H. - Formação do Leitor Brasileiro: Imaginário da Leitura no Brasil Colonial. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- PÊCHEUX, M. - Semântica e Discurso. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1988.
- _____. - O Discurso: Estrutura ou Acontecimento. Campinas, Ed. Pontes, 1990.
- TFOUNI, L.V. - Letramento e Alfabetização, São Paulo, Cortez Ed., 1995.
- _____. - "A escrita: Remédio ou Veneno?", in. AZEVEDO e MARQUES (org.) Alfabetização Hoje, São Paulo, Cortez, 1994.
-